

## CONVERGÊNCIAS: POLÍTICA E POÉTICA DOS ESTUDOS LITERÁRIOS E ANTROPOLÓGICOS ATUAIS.<sup>1</sup>

Regina Przybycien  
UFPR

Na IV Reunião de Antropologia do Mercosul apresentei um trabalho que refletia principalmente sobre o antropólogo como produtor de textos. Parti de uma pergunta de Mary Louise Pratt: "... como podem pessoas tão interessantes [os antropólogos] que fazem coisas tão interessantes produzir livros tão chatos?" (PRATT, 1986). Pratt se referia à fase positivista e, de certo modo, também à fase estruturalista da antropologia, na qual o entendimento do que era fazer ciência obrigava o antropólogo-autor a deixar de lado a subjetividade que havia permeado suas relações no trabalho de campo para produzir textos que fossem considerados científicos. O texto de Pratt chama a atenção para um fato que a antropologia como ciência parecia esquecer: seu parentesco com os textos dos viajantes, que produziram relatos antropológicos extremamente interessantes e detalhados sobre o *modus vivendi* de comunidades com as quais tiveram contato, numa estranha mistura de etnografia e literatura, isto é, de observação e descrição detalhada e de *imaginação*. Na verdade, relatos etnográficos estão presentes desde a Antigüidade nos escritos de filósofos, historiadores e poetas, embora a antropologia como disciplina só tenha sido instituída no século XIX.

É necessário observar que o estilo rigorosamente científico dos escritos antropológicos predominou sobretudo na Inglaterra, a partir de Malinowski, isto é, do início até pelo menos meados do século XX (e, talvez, em certo grau, também na França), já que, como observou um colega antropólogo, no Brasil o gênero ensaístico sempre foi largamente utilizado pelos

---

<sup>1</sup> Esta comunicação continua a reflexão do trabalho apresentado na IV RAM (Reunião de Antropologia do Mercosul) realizada de 11 a 14 de novembro de 2001 na UFPR. Ambos resultam de um diálogo encetado com a antropóloga Selma Baptista da UFPR e a crítica literária Heloisa Toller Gomes da UERJ sobre as possíveis interseções entre a antropologia e a literatura no âmbito dos estudos culturais.

antropólogos. Um exemplo clássico é *Casa grande e senzala* no qual a prosa sedutora de Gilberto Freire, de inegáveis qualidades literárias, quase nos leva a esquecer o lugar de onde o autor fala, isto é, que o livro expressa a ideologia da casa grande, como apontou, com outras palavras, Luís Costa Lima (LIMA,17).

Clifford Geertz (1978) deu uma sacudida na confiança que os antropólogos depositavam no caráter estritamente científico de seu *métier* ao perguntar: "O que faz o etnógrafo?" Ao que ele mesmo responde: "o etnógrafo escreve", chamando a atenção para o antropólogo enquanto autor e para o caráter interpretativo da sua atividade. Estava inaugurava a antropologia interpretativa que aproxima, segundo Geertz, a atividade do antropólogo da crítica literária. A abordagem de Geertz sofreu críticas e revisões inclusive de seus seguidores, mas seus trabalhos tiveram grande importância não só para a antropologia, como também para a história e para a crítica literária na guinada dessas disciplinas para os estudos culturais.

Discorrendo sobre a história da convergência entre os estudos literários e antropológicos, Arnold Krupat (1992) vislumbra, nos anos cinquenta e sessenta do século vinte, uma atração crescente dos cientistas sociais pela literatura como objeto de estudo, enquanto os críticos literários pareciam ter reações ambivalentes em relação à ciência. É a fase em que as grandes sínteses históricas e sociológicas (tidas como verdades científicas expressas por um enunciador neutro) começam a ser questionadas, mas é também o auge dos estudos estruturalistas na literatura, portanto, uma tentativa de fazer da crítica literária uma "ciência" (a antropologia de Lévi-Strauss teve uma influência fundamental sobre essa crítica).

Mas é no pós-modernismo, segundo Krupat, que a convergência entre a literatura e as ciências sociais se efetiva, não só com o apagamento dos gêneros, mas também das "distinções epistemológicas, reivindicando uma espécie de igualdade cognitiva por parte da literatura, da antropologia e ? ao menos no nível teórico mais elevado ? das ciências físicas." (KRUPAT

1992, 75). O autor se refere aqui às teorias postuladas pela mecânica quântica, como o princípio da incerteza de Heisenberg, que abalam a convicção de que a ciência é capaz de produzir objetivamente a verdade.

Não entrarei na polêmica entre os defensores e os opositores das teorias pós-modernas e pós-estruturalistas que mais lembra uma guerra teórico-ideológica, com acusações mútuas de conservadorismo político versus subserviência ao capitalismo internacional, autoritarismo versus anarquia, discurso hegemônico versus livre flutuação dos significados, etc., guerra na qual o indivíduo é instado a tomar partido e fazer uma declaração de princípios (ou da inutilidade deles). Quero apenas salientar que a recente indefinição das fronteiras entre as disciplinas aproximou sobremaneira os estudos antropológicos e literários em torno da idéia de cultura, termo cada vez mais difícil de definir a medida que passou a ser um conceito em torno do qual tudo gira nos tempos atuais, assim como aconteceu com a palavra "raça" no século XIX e "estrutura" em meados do século XX.

A antropologia se caracteriza por estudar o outro, no sentido cultural, isto é, a disciplina sempre se preocupou em entender e explicar a diversidade humana, esteja ela localizada numa ilha distante do sul do Pacífico, na floresta amazônica ou asiática, no deserto africano ou americano, nas geleiras do Pólo Norte (a distância geográfica e cultural oferecia as condições ideais para o estudo etnográfico tradicional). Embora ainda hoje esse trabalho na ilha distante ou na selva caracterize o que se entende por "fazer antropologia", as coisas estão mudando, primeiro, porque já não há praticamente comunidades isoladas no mundo (e desconfia-se de que mesmo no passado essas comunidades não fossem tão isoladas como pareciam aos antropólogos europeus e que estabelecessem relações de troca com outras comunidades, algumas até bem distantes geograficamente.) Porque não há alteridades absolutas, essencialistas, na aldeia global, o estudo antropológico se volta hoje para a diversidade no interior da própria cultura nacional ou regional,

como as sub-culturas urbanas ou rurais, ou então para aqueles espaços fronteiriços que Mary Louise Pratt chamou de "zonas de contato", onde as culturas se encontram e por vezes colidem, como a região de fronteira entre o México e os Estados Unidos ou ainda para as diásporas formadas pelas migrações de populações para os grandes centros hegemônicos. Por falta de tempo, voltarei à questão da etnografia pós-moderna em outra ocasião.

Gostaria de refletir brevemente, aqui, sobre a maneira como os estudos literários e antropológicos podem convergir em um dos aspectos dos assim chamados "estudos culturais": a representação de minorias étnicas e de gênero e dos sujeitos pós-coloniais.

Enquanto tradicionalmente a antropologia se ocupava da diversidade humana tal como representada na ilha distante, no deserto e na selva, a história e a crítica literárias se concentravam "no que de melhor se pensou e produziu", nas famosas palavras de Mathew Arnold, isto é nas grandes obras que representam o Homem Universal, no qual todos podemos nos reconhecer. As grandes obras literárias representavam ainda o espírito de uma Nação, uma identidade nacional cujo legado é transmitido para as novas gerações através da escola: a literatura inglesa, a literatura francesa, etc. Através dos impérios, esse espírito é estendido generosamente aos povos colonizados, que podem, assim, elevar-se da "barbárie" e compartilhar "do melhor que a civilização produziu".

Os processos que transformam um livro numa grande obra que representa o espírito universal e/ou o espírito nacional (quem decide, com base em quais parâmetros estéticos ou éticos) não são discutidos, nem se leva em conta tudo que esses processos excluem. E o que excluem é sobretudo a heterogeneidade inerente a qualquer sociedade humana. Em defesa das grandes obras da civilização ocidental um crítico não nomeado (citado tanto por Charles Taylor (1994) quanto por Arnold Krupat (1989) diz: "Mostrem-me o Tolstoi zulu". Ora, o que a antropologia tem a ensinar à crítica literária é precisamente que os zulus não necessitam produzir

um Tolstoi. Sua cultura tem outras histórias que representam sua identidade coletiva, seus medos, seus anseios, sua atitude diante da morte da mesma forma que *Guerra e paz* representa tudo isso na cultura russa e ocidental. Outros povos, outras narrativas.

Mas talvez a diversidade sugerida pela idéia de *outras* narrativas já não encontre lugar no espaço-tempo pós-moderno quando a antiga aldeia se torna, tomando emprestado a metáfora de James Clifford (1997) "sala de espera de um aeroporto". Segundo Clifford, as culturas se locomovem, se cruzam e interpenetram. São "culturas viajantes". Nunca antes os seres humanos se deslocaram tanto pelo planeta, motivados pelas guerras, pela fome, pela busca de melhores condições de vida, ou simplesmente pela curiosidade de turista. Gostaria, entretanto, de apor uma nota de cautela em relação a essa visão fluida da interpenetração das culturas. As condições materiais não determinam as produções culturais, mas certamente as influenciam, portanto, creio que ainda é importante considerar quem penetra quem nesses cruzamentos e quais relações de poder entram no jogo. (Se a politização tende a polarizar as discussões, a despolitização pode transformar tudo num mero jogo de palavras.)

Com os constantes deslocamentos culturais operou-se uma transformação: os que antes eram representados, agora se representam: mulheres, minorias étnicas e sexuais, povos colonizados. Nesse quadro, uma produção literária diversificada aumenta a cada dia. Inútil, porém, procurar nessa literatura alguma espécie de alteridade absoluta, uma diversidade genuína intocada pelas condições materiais de sua produção. Estes "outros", todos eles, se definem na sua relação com a cultura ocidental e com os centros hegemônicos. Se não vejamos: o escritor indígena que compila e publica as narrativas de seu povo o faz utilizando um meio (a palavra impressa) e uma língua ocidental. O escritor africano que escreve um romance sobre a cultura ibo, ioruba, kikuyu ou zulu provavelmente leu as obras canônicas da cultura ocidental e aprendeu as técnicas de construção do romance moderno. Além disso, se ele/(ela) escreve numa língua

européia, há outro fator complicador: a que público leitor a obra se dirige? Estará esse(a) escritor(a) desempenhando o papel de tradutor de sua cultura para um público internacional e/ou de mediador(a) entre culturas?

Quanto à literatura feminina, as mulheres sem dúvida abordam temas que dizem respeito ao universo feminino, mas por mais que a crítica feminista fale de uma *escrita* feminina, utilizando metáforas do corpo e da sexualidade, nada, na própria escrita, revela uma forma distintamente feminina de expressão. As metáforas biológicas, por curiosas que sejam, não explicam o processo da criação literária. Concordo com Elaine Showalter (1981), quando afirma que as mulheres ? como os homens ? geram textos no cérebro (na mente) não na vagina ou no útero. Os posicionamentos dicotômicos nos estudos pós-coloniais, nos estudos subalternos, no feminismo, que realizam uma inversão de valores são sempre problemáticos porque pressupõem uma alteridade essencialista, apreensível ao(à) crítico(a) caso ele(ela) se disponha seriamente a buscá-la.

Uma vez problematizado o *lugar* de onde fala o(a) intelectual que se coloca como agente e mediador(a) de culturas minoritárias e/ou pós-coloniais, gostaria de defender o seu *papel* de agente.

Toda tentativa de criação de uma identidade coletiva necessariamente exclui aquilo que é heterogêneo e ex-cêntrico; em resumo, apaga a diversidade contida no seu meio. Tomemos a situação das identidades nacionais latino-americanas. Desde o Romantismo, houve um esforço intelectual continuado de construir uma idéia de nação. Para isso, foram criados os mitos fundadores, indigenistas, em sua maior parte, para diferenciar esse espaço geográfico recém libertado das amarras do colonialismo político. O paradoxo e a ironia desses mitos fundadores às vezes nos escapa: a nação ao mesmo tempo apropria uma identidade indígena fundadora para diferenciar-se e exclui socialmente o índio, expropriado e marginalizado dentro da nova nação.

(No Brasil o mesmo fato se dá mais tarde com a apropriação do negro.) Mas a questão fundamental para o intelectual é construir uma identidade brasileira, peruana, mexicana, etc., e também uma identidade regional, latino-americana, diferente da européia, e mais tarde, com a ascensão do império estadunidense, diferente da norte-americana. Esse projeto não se esgotou na América Latina na medida que as amarras da dependência econômica mantêm a região na periferia do mundo globalizado e na condição de importadora de tecnologias e de teorias. Como notou Costa Lima, dependemos das teorias alheias até para criticar nossa dependência das teorias alheias. Parece ser destino da América Latina pular etapas: passamos para a era pós-moderna sem termos resolvido as questões propostas pela modernidade.

É compreensível, portanto, a recusa (ou pelo menos a relutância) do intelectual latino-americano em aceitar discutir as questões das minorias étnicas ou de gênero no bojo dos enormes problemas de macro estrutura de seu país e de sua região. Essas questões lhe parecem problemas menores, ou importação de problemas específicos dos Estados Unidos, que não dizem respeito ao contexto latino-americano, ou, pior ainda, a simples reprodução de modismos teóricos. A título de exemplo: a TV Cultura exibiu na segunda semana de julho um programa sobre o racismo no Brasil. Um dos convidados era o diretor do IPEA (Instituto de Pesquisas de Economia Aplicada), órgão ligado ao governo federal, que relatou o resultado de levantamentos estatísticos sobre a situação do negro no Brasil, resultados que confirmam cientificamente o que todos sabemos: que o negro é discriminado e ocupa a posição de margem da margem dentro da sociedade brasileira. No entanto, o diretor do IPEA diz que é frequentemente questionado sobre a validade e a pertinência de tal estudo no Brasil. Segundo os críticos, esses estudos seriam mera importação de uma problemática da sociedade estadunidense que não diz respeito à sociedade brasileira.

Além do argumento de que temos problemas políticos e econômicos maiores e mais urgentes a resolver do que se ocupar com a representação das nossas minorias (com o que se

pode, em tese, até concordar), na resistência a discutir a questão da nossa diversidade subjaz uma razão ideológica: o mito da cordialidade e da democracia racial. Por isso a tentativa de trazer a discussão das minorias para a arena das representações sociais no Brasil esbarra na acusação de importação de problemáticas metropolitanas.

Se o(a) representante de uma minoria não está fora dos outros processos de formação de identidade, nacional, regional, ocidental: ele(ela) é também brasileiro(a), latino-americano(a), etc., nesses espaços ele(a) é um (a) ex-cêntrico(a) porque está aliado dos processos decisórios: nas escolas, nos meios de comunicação, nos órgãos governamentais, outros falam e decidem por ele(a). Por isso, é importante para ele(a) falar e ser ouvido, ou, em termos literários, escrever, publicar e ser lido.

A crítica literária não tem que fazer nenhum esforço hercúleo de reajuste de suas faculdades ou de suas sensibilidades para buscar entender a diversidade contida nessas narrativas híbridas. Elas contêm elementos familiares da narratologia ocidental, mas contêm também algo mais, que poderíamos talvez entender como um suplemento, ou *différance*, no sentido derridiano do termo. Não me refiro unicamente a uma diferença temática (os temas podem ser bem diversos), mas à própria constituição interna da obra. Como exemplo, temos a apropriação do dialeto negro norte-americano e sua utilização como linguagem literária, a incorporação das modulações do jazz e do reggae na poesia negra dos Estados Unidos e do Caribe, as configurações de outro espaço-tempo e de vozes coletivas nas narrativas dos índios.

Para não ser acusada de utilizar somente exemplos do centro, leia-se as narrativas de Daniel Munduruku ou de Kaka Werá Jecupé. Somos imediatamente tentados a classificá-las como histórias infanto-juvenis ou como exemplos de etnografia indígena produzida por um índio (esta última, em si, já representa uma grande novidade), mas não como exemplos de literatura, porque nossos modelos de análise herdados e automatizados nos dizem que literatura é outra



coisa: é o que produziram Goethe, Flaubert, Proust, Joyce. Não cairei na tentação de apontar, como faz certa crítica feminista norte-americana, que esses mestres da literatura, são todos homens, europeus, brancos, e *mortos*. (Este tipo de afirmação, aliás evidente, fornece munição aos opositores da crítica feminista para ridicularizar toda tentativa séria de discutir a questão da representação das mulheres na literatura.)

O que se requer, talvez, do intelectual representante do *establishment* é uma ampliação do horizonte da crítica para acomodar também o ex-cêntrico. A antropologia, que, por vocação da disciplina, tende a lidar com paradigmas que enfocam o particular, o ex-cêntrico, o localizado, ao invés do geral ou do universal, pode ensinar aos críticos literários como olhar a diversidade humana na imensa variedade de seus textos ? esse seria, em síntese, o ponto de vista antropológico nos estudos literários.

#### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

CLIFFORD, James. *Routes - travel and translation in the twentieth-century*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1997.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

LIMA, Luís Costa. *Dispersa demanda*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1981.

KRUPAT, Arnold. *Ethnocriticism - ethnography, history, literature*. Berkeley: University of California Press, 1992.

\_\_\_\_\_. *The voice in the margin - Native American literature and the canon*. Berkeley: University of California Press, 1989.

- PRATT, Mary Louise. Fieldwork in common places. In: CLIFFORD, James, MARCUS, George E. *Writing culture* - The poetics and politics of ethnography. Berkeley: University of California Press, 1986, p.27-50.
- SHOWALTER, Elaine. Feminist criticism in the wilderness. Writing and sexual difference. *Critical Inquiry*. Chicago, v.8, n.2, p.179-205, winter 1981.
- TAYLOR, Charles. *Multiculturalism* - Examining the politics of recognition. Princeton, N.J., Princeton University Press, 1994.